

Bruno Carvalho

Cidade porosa

Dois séculos de história
cultural do Rio de Janeiro

TRADUÇÃO
Daniel Estill



Copyright © 2013 by Bruno Carvalho

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Porous City

Capa

Victor Burton

Foto de capa

Carnaval de 1940, RJ. Acervo do Museu da Imagem e do Som

Preparação

Sheila Louzada

Mapas

Sonia Vaz

Índice remissivo

Probo Poletti

Revisão

Ana Maria Barbosa

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Bruno

Cidade porosa : dois séculos de história cultural do
Rio de Janeiro / Bruno Carvalho ; tradução Daniel Estill.
– 1ª ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2019.

Título original: Porous City.

Bibliografia.

ISBN 978-85-470-0094-3

1. Rio de Janeiro (RJ) – Civilização 2. Rio de Janeiro
(RJ) – História – Século 19 3. Rio de Janeiro (RJ) –
História – Século 20 I. Título.

19-29278

CDD-981.531

Índice para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Cidade : História 981.531

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Praça Floriano, 19, sala 3001 – Cinelândia

20031-050 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3993-7510

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/editoraobjetiva

instagram.com/editora_objetiva

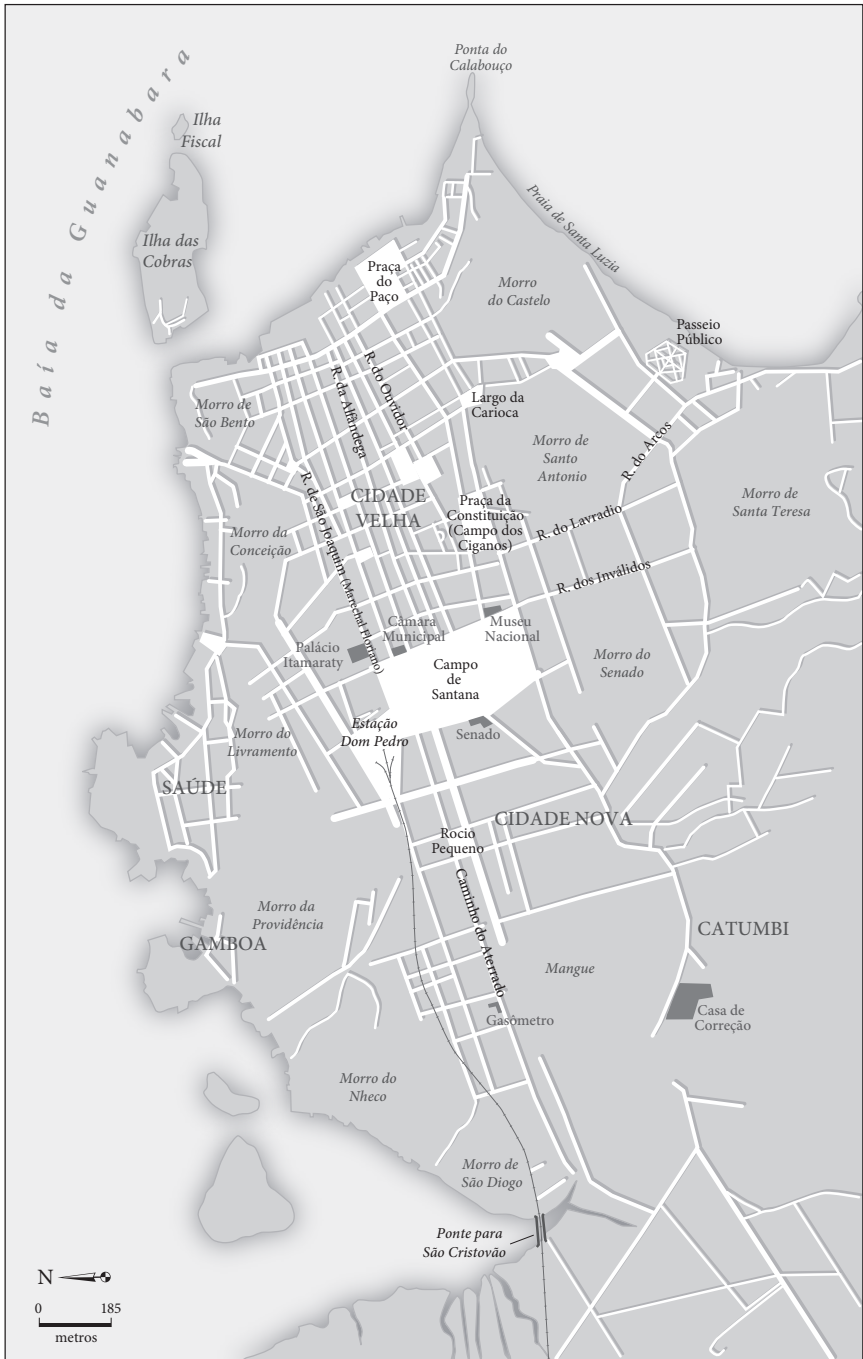
twitter.com/edobjetiva

À memória de Nicolau Sevcenko

Sumário

<i>Mapas</i>	9
<i>Prefácio à edição brasileira</i>	13
<i>Prefácio à edição original</i>	23
Em busca do passado: Mapeando o Rio	29
1. No centro da capital imperial: Pântanos, febre amarela e festas ciganas	47
2. Um mestre na periferia de uma periferia: Música popular, bondes e a República	84
3. Além da belle époque: No limite de uma “cidade dividida”	122
4. Bairro afro-judeu e marco modernista.....	162
5. Escrevendo o “Berço do Samba”: Raça, rádio e o preço do progresso	201
6. É (quase) tudo verdade: A morte de um bairro e a vida dos mitos.....	249
Conclusão: O futuro revisitado: Para onde foi e para onde irá o passado?	276

<i>Agradecimentos</i>	307
<i>Notas</i>	311
<i>Referências bibliográficas</i>	365
<i>Índice remissivo</i>	393



Centro do Rio de Janeiro c. 1860-70.



Centro do Rio de Janeiro no início dos anos 1900.



Centro do Rio de Janeiro em 2010.



Centro do Rio de Janeiro em 2019.

Prefácio à edição brasileira

Cidade porosa é um livro fascinado pelo Rio de Janeiro. Quando escrevi a versão original, em inglês, a cidade parecia ser a bola da vez da atenção internacional, e em alguns momentos tive que me conter para não embarcar no clima de euforia. Foi publicado alguns meses antes das manifestações de junho de 2013. De lá para cá, muita coisa mudou. Passaram os megaeventos. Em 2018, a cidade vivenciou o assassinato de Marielle Franco e o incêndio do Museu Nacional. Algumas coisas não mudaram, ou só se agravaram, como a violência e o frequente desrespeito a direitos básicos, sobretudo das populações negras e pobres. Como não ser tomado pelo derrotismo, a frustração e a tristeza?

Diversas alterações foram feitas neste livro, com o intuito de adaptá-lo para o público brasileiro. Introduzi novos materiais, retirei explicações desnecessárias, matizei certas discussões e fiz uma série de atualizações, sobretudo no último capítulo. Apesar de tudo o que separa esta edição brasileira da publicação em inglês, durante o processo de revisão decidi manter mais ou menos intactas algumas reflexões que eu provavelmente elaboraria de outras formas no contexto atual. Um livro que fala do passado

tem a vantagem de evitar certos riscos. A história cultural carioca, afinal, continua sendo marcada pela porosidade. Mas estão sempre mudando as formas através das quais o passado atua no presente e nas expectativas de futuro.

Uma das questões de *Cidade porosa* é a coexistência de misturas culturais e disparidades socioeconômicas. Durante boa parte do século XX, a celebração das misturas ganhou força no plano cultural, enquanto, no plano urbanístico, os princípios segregacionistas se impuseram. O Rio de Janeiro encarnou essas tensões, viabilizando uma autoimagem do Brasil como país da miscigenação e dos contrastes entre morro e asfalto.

A ideia de um Brasil que valoriza as misturas talvez esteja relegada à história, dado o ambiente de afirmação das diferenças (nos melhores casos) ou (nos piores) de recrudescimento do sectarismo, da xenofobia, do racismo. Este livro destaca os encontros, convívios e trocas de saber que ajudam a gerar as culturas do samba e do Carnaval. Destaca também a larga história dos processos de urbanização que acentuam as divisões espaciais, sociais e raciais. Porosidade tem a ver com trânsito, circulação, fronteiras fluidas. A ideia guarda relações com o que Luiz Antonio Simas costuma chamar de culturas de frestas — que fazem das festas instrumentos de subversão. Aqui também estamos lidando com o terreno fértil das festas, da invenção coletiva e da pluralidade, mas não só. Linhas bem demarcadas e firmes podem ser desejáveis em contextos institucionais, como no exercício da lei. As fronteiras entre interesses públicos e privados na história política brasileira são notoriamente porosas, por exemplo.

A expressão “cidade porosa”, como ficará claro no decorrer do livro, não se trata de um elogio ao Rio de Janeiro, tampouco uma negação de sua dimensão partida. Inclusive, argumento que a porosidade cultural carioca esmorece à medida que a cidade

se torna mais espalhada e dividida, ao privilegiar o automóvel. No entanto, ainda que possa parecer fora de hora ou mesmo ingênuo, dado o momento histórico de desilusão, brutalidade e aparente esgarçamento do tecido social, me parece ainda mais necessário ressaltar o protagonismo de grupos marginalizados e a recorrência de mediadores culturais na vida da cidade — de figuras que preferem a fantasia da mistura à fantasia da pureza. Recorrer ao passado também nos leva a refletir sobre como as práticas literárias e musicais e os sentidos de pertencimento mais marcantes na história da cidade têm ligação com espaços urbanos que aproximam suas diferentes partes — em especial, ruas, praças e logradouros onde convergem pessoas das mais diversas.

Este livro não é a história cultural do Rio de Janeiro. É uma história cultural, entre muitas possíveis. *Cidade porosa* bota em relevo uma área cuja história tem pouca visibilidade, mas através da qual se revela a evolução da cidade — e de uma ideia de Brasil. Pode parecer uma abordagem excêntrica ou idiossincrática: em vez de bairros icônicos, o foco está na antiga Cidade Nova. Quem hoje caminha por ali dificilmente imagina o papel que lugares como a Praça Onze e o Mangue representaram, ou suas muitas conexões com outras partes da cidade. Repensar o Rio a partir dessa região ajuda a ampliar vozes e espaços que foram definindo com o passar do tempo, mas também nos leva a reavaliar referências fundamentais: os leitores e leitoras se depararão com nomes como Machado de Assis, João do Rio, Tia Ciata, Pixinguinha, Chiquinha Gonzaga e Orson Welles, só para citar alguns, além de políticos e urbanistas decisivos na história da cidade.

A pesquisa se concentra no período entre a criação por decreto da Cidade Nova, em 1811, e o arrasamento dos seus espaços centrais para a inauguração da avenida Presidente Vargas, em 1944. Ou, se preferirmos, o período entre as Guerras Napoleônicas e

a Segunda Guerra Mundial, durante o qual processos transatlânticos e globais perpassam a história do Rio de Janeiro, incluindo a chegada da corte, o escravismo e sua abolição, transformações tecnológicas e pontos de inflexão no planejamento urbano. A preocupação com períodos posteriores é uma constante, e o capítulo final discute de forma mais explícita o Rio de Janeiro das últimas décadas. *Cidade porosa* reflete sobre algumas das misturas que ocorreram na Cidade Nova, mas também busca mesclar diferentes escalas, tempos e campos de conhecimento.

Desde sua publicação em inglês, minha carreira acadêmica tomou rumos que eu não antevia. Por alguns anos, codirigi um programa na Universidade de Princeton — onde eu era professor — que buscava aproximar os campos da arquitetura, do urbanismo e das ciências sociais e humanas. Passei a lecionar, com frequência, sobre cidades norte-americanas. Uma das hipóteses com a qual trabalhamos nesse programa, financiado pela Fundação Andrew W. Mellon, era de que o conhecimento produzido em outras sociedades das Américas poderia contribuir para desprovincializar o entendimento que os estado-unidenses têm de suas próprias cidades. Conhecer a perspectiva do Rio de Janeiro ajudava a desnaturalizar um tipo de segregação à qual muitos residentes dos Estados Unidos se acostumaram: bairros de baixa renda de brancos quase completamente separados de bairros de baixa renda de negros — com padrões diferentes de consumo, cultura, política e até sotaque. Nos Estados Unidos, isso resulta de intensos esforços segregacionistas durante boa parte do século XX. Além do sistema Jim Crow, que institucionalizava a discriminação racial nos estados do Sul, havia desde leis de zoneamento e mecanismos de empréstimo que excluía os não brancos até a intimidação e o uso da violência contra negros que se atreviam a sair dos “seus” lugares — frequentemente através

de terrorismo, como nos casos de linchamento e de utilização de bombas caseiras.

Quando aprendiam sobre a Cidade Nova, meus estudantes se surpreendiam com o passado multiétnico de um lugar que ficaria conhecido por seu “bairro judeu” e sua “Pequena África”, onde pessoas das mais distintas origens dançavam juntas. Chamava a atenção daqueles jovens o fato de as favelas cariocas não serem compostas quase exclusivamente por negros — como acontece com os *ghettos* de lá. Ao mesmo tempo, eles se surpreendiam também que, num país onde a maioria não se declara branca, os espaços dos poderes institucional e financeiro fossem tão mais brancos que os demais. E que, ao mesmo tempo, tantas das vítimas da violência armada sejam jovens negros. O Brasil, afinal, também tem o que aprender com alguns avanços ocorridos nos Estados Unidos. Em muitas cidades norte-americanas, cientes dos enormes custos e fracassos da chamada Guerra às Drogas, movimentos de amplo alcance trabalham para reformar sistemas policiais e carcerários historicamente racistas.

Não chega aos pés das gafeiras que ficavam ali pelas bandas da Praça Onze, mas minhas aulas em Princeton — e em Harvard, onde sou professor desde 2018 — reúnem grupos com significativa diversidade de origens socioeconômicas, geográficas e étnicas. As universidades norte-americanas, inclusive as de elite, investiram em programas de bolsa e ação afirmativa e, em termos de acesso, se tornaram mais porosas a partir da década de 1960. Já neste século, o Brasil fez investimentos comparáveis, com resultados também impressionantes. Nos dois casos, essa maior abertura gera ressentimentos em grupos que percebem seus privilégios ameaçados.

Certo grau de diversidade e pluralidade sempre fez parte da modernidade urbana. Na cidade, conviver com estranhos e lidar

com pessoas de grupos sociais diversos faz parte da rotina, o que não acontece na tribo ou no vilarejo rural. A questão é que, no cotidiano, essas interações costumam ser determinadas por assimetrias: tem alguém atrás do balcão da loja e alguém comprando; tem o empregado e o patrão; o pedinte e o dono de carro de luxo. No Brasil e nos Estados Unidos, a probabilidade de as posições refletirem condições herdadas é muito alta, mas espaços públicos ou de acesso amplo e democrático podem estabelecer condições nas quais as diferenças que mais importam são internas à própria prática ou às relações criadas através de um encontro. Isso pode valer no transporte coletivo, em festas de rua ou numa sala de aula. No Rio de Janeiro das culturas porosas, a estratificação não deixa de existir, mas suas expressões populares são capazes de desestabilizar desigualdades estruturais. Num bloco carnavalesco, chega quem quer. Numa roda de samba, não se vai longe sem demonstrar qualidades, independentemente da conta bancária. Mais do que antes, podemos ao menos arriscar dizer algo parecido sobre as universidades que ganharam em diversidade e pluralidade, sobretudo as públicas. As cotas introduziram frestas.

Uma instituição educacional até pode reproduzir qualquer coisa da qual nossas cidades são capazes em seus momentos de maior dinamismo, mas, assim como as práticas culturais, políticas de diversidade no ensino superior têm limites evidentes. A segregação espacial e os desafios de deslocamento, por exemplo, impõem dificuldades a moradores de periferias que tenham conquistado vagas em universidades. Ainda assim, uma futura história da porosidade na cultura carioca, seja ela uma narrativa sobre ruptura ou sobre continuidade, provavelmente dará atenção às recentes transformações em instituições de ensino superior. Muitas das figuras que protagonizam a história cultural do Rio de Janeiro circulam por espaços diversos. Das que permeiam

este livro, muitas são afrodescendentes. Poucas passaram pela universidade.

Podemos pensar Marielle Franco dentro dessa melhor tradição de circulação, convívio de diferenças e trocas de saber. Marielle era uma intelectual formada tanto na Maré quanto na universidade. Mas ela também representa uma ruptura, ou ao menos uma tendência emergente nova em relação ao período deste livro. Marielle Franco era uma mulher negra nascida e crescida em uma favela. Com uma bolsa do Prouni (Programa Universidade para Todos), formou-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Depois, obteve um mestrado pela Universidade Federal Fluminense. Como vereadora, atuava por causas LGBTQ+, por direitos das mulheres, pela regularização fundiária na zona oeste (contrariando interesses de milícias) e em prol de familiares de policiais mortos. Ela transitava por muitas partes do Rio. Marielle Franco optou pela via da política institucional, mas sua trajetória também pertence à história cultural do Rio de Janeiro. Foi assassinada, com o motorista Anderson Gomes, no limite entre os bairros do Estácio e da Cidade Nova. O local foi transformado, improvisadamente, num espaço de memória.

Uma cidade de territórios controlados por grupos armados ou cercados em condomínios privados certamente não é um lugar afeito a misturas, intercâmbios e encontros fortuitos. Mas o Rio de Janeiro contemporâneo continua tendo espaços culturais onde se cruzam perspectivas diversas, com capacidade de renovação e ligação com os passados da cidade. Em escolas de samba, não é raro encontrarmos uma relação porosa entre o saber letrado e o das ruas. Marielle é mencionada no samba-enredo vencedor do primeiro Carnaval após sua morte, nos memoráveis versos “Brasil, chegou a vez/ De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”. Em certo sentido, a Estação Primeira de Mangueira representa algo

do que restou do Rio de Janeiro da antiga Cidade Nova. Mas aqui não há mais resquício de fantasia alguma sobre uma democracia racial, tampouco da celebração do país do Carnaval. Aqui, a pluralidade cantada é a das “Mulheres, tamoios, mulatos” do “país que não está no retrato”. A letra fala em Brasis, no plural, mas com protagonistas negras e negros, também no plural: Marielles, Mahins, Lecis, Jamelões.

Durante o desfile, a Mangueira exibiu uma bandeira brasileira em verde e rosa, substituindo o lema positivista por “índios, negros e pobres”. A tensão entre ideias de “ordem e progresso” e manifestações da cultura popular é um dos temas deste livro. A Mangueira renova disputas que ainda definem as dinâmicas culturais e urbanas brasileiras. Aqui temos, no Sambódromo, o mais institucionalizado e oficial dos espaços do Carnaval, a poucos metros da antiga Praça Onze, um samba-enredo que faz a valorização das diferenças e dos conflitos históricos pela perspectiva dos marginalizados. E não é para tudo se acabar na quarta-feira: “Na luta é que a gente se encontra”, diz a canção. Em 2019, o desfile da Mangueira soube dar uma das respostas mais expressivas e eloquentes ao momento político brasileiro.

Para além do Carnaval carioca, a consolidação de padrões globais de consumo, estética e mídia parece ajudar a forjar sujeitos políticos cada vez mais sincronicamente e menos diacronicamente comparáveis. Em outras palavras, talvez haja mais semelhanças entre os discursos e as fantasias políticas de alguns cariocas e certos eleitores de Manilla, Budapeste e Indianápolis do que em relação aos seus antecessores de apenas algumas décadas atrás. Esse fenômeno encontra correspondências em nossas cidades. Podemos dizer que existem mais similaridades entre os estilos de vida em alguns empreendimentos na zona oeste carioca e em outras cidades contemporâneas do que em relação ao Rio de

Janeiro do passado. No nosso século, novas mídias sociais passam a mediar, em tempo real, relações entre estranhos em qualquer lugar do mundo, o que antes se dava em espaços urbanos. Outras comunidades se formam e outras misturas ocorrem, não mais em ruas e praças, mas através de telas.

Ainda não temos como entender as consequências das transformações que vivemos. Poderíamos dizer que, na cidade deste livro, os vínculos de pertencimento são tão territoriais e espaciais quanto identitários. Ou, trocando em miúdos, as identidades e vivências se ancoram em geografias culturais e lugares físicos — casas, salões de dança, pequenos comércios, bancos de praça, esquinas, terreiros — até mais do que em categorias abstratizantes ou comunidades imaginadas como a nação. Mesmo que atualmente a experiência urbana esteja atravessada pelas culturas das redes digitais, ainda vivemos nos espaços da cidade. Alguns dos novos espaços do Rio certamente não foram planejados para a porosidade. Outros já são ocupados por funções para as quais não foram planejados.

Se há uma lição recorrente na história das cidades, é a de que o presente é sempre prova irrefutável da imprevisibilidade do futuro. Por um lado, vivemos as consequências do passado. A crise atual de mobilidade, por exemplo, remete à opção pelo carro como símbolo de status social e pelo planejamento urbano a serviço dele. É uma história que começa a se configurar na década de 1920. Por outro lado, o passado só serve para prever o futuro em retrospecto, isto é, depois que ele já se tornou passado. Afinal, eventos e processos históricos sempre poderiam ter ocorrido de outras formas. E quem estuda as cidades logo aprende que, na história do planejamento urbano, o imprevisto ocorre com frequência. Pensada como palco para desfiles militares e para o escoamento do tráfego, a avenida Presidente Vargas virou local de

engarraamentos e palco para blocos carnavalescos e manifestações políticas. E que fique claro, antes de procedermos: a crítica ao Bota-Abaixo da Cidade Nova, que possibilita a construção da avenida, não deve ser entendida em uma chave nostálgica ou saudosista. A questão não é o lamento por passados perdidos, e sim a reelaboração de futuros deixados pelo caminho — no caminho que a cidade tomou durante a Era Vargas, a Cidade Nova e sua Praça Onze eram uma pedra. Mas também havia ali um outro caminho, uma geografia alternativa.

Prefácio à edição original

Após chegar ao Rio de Janeiro, em outubro de 1946, a arquiteta italiana Lina Bo Bardi usou o seguinte termo para descrever sua impressão inicial: *incanto* (“encantamento”).¹ Poucos ficaram indiferentes diante da visão da cidade, fosse chegando pelo oceano, por terra, ou pelo céu. Eu, nascido no Rio, muitas vezes me perguntei como seria vivenciar pela primeira vez seus ritmos, ruas e natureza. Sempre me foi fácil, mesmo quando criança, entender a sedução exercida por sua beleza e vivacidade sobre os visitantes, mas no decorrer da infância e da adolescência, nos anos 1980 e 1990, o Rio parecia preso a uma espiral descendente de violência, pobreza urbana, corrupção e governos disfuncionais. Qualquer sentimento de *incanto* precisava logo ser encoberto pelo de nostalgia, uma frustração para qualquer um nascido “após a queda”.

Desde cedo me impressionavam as contradições da cidade. Meu desconcerto inicial era causado por enigmas que agora chegam a parecer mundanos: na cidade da minha infância, desconhecidos com enormes diferenças de renda e estilos de vida se abraçavam efusivamente nas arquibancadas de um estádio de

futebol. Esses mesmos estranhos que podiam desfilarem lado a lado no Carnaval ou conversar casualmente na praia eram capazes de tratar crianças morando nas ruas como seres invisíveis. Num lugar onde encontrar espaços comuns era tão fácil, como tanta gente podia se sentir confortável diante das gritantes desigualdades socioeconômicas?

A ingenuidade não durou muito. Por fim, ficaria claro para mim que mobilidade e segregação podem coexistir. Mistura sociocultural e inclusão cultural podem favorecer outras formas de exclusão, assim como a estratificação não impede a fluidez dos limites. Eu acabaria por aprender que o desencanto com a vida moderna tem sido uma constante nas ciências sociais e no estudo da cultura. Também aprendi que a história do Rio não contava com um pecado original, e que a cidade paradisíaca das músicas da bossa nova não chegou a existir de fato (ao menos não para todos os seus moradores). Em dado momento, a vida no estrangeiro alterou meu relacionamento com uma cidade que, por sua vez, nunca parou de mudar.

Ainda assim, a capacidade de encantar do Rio continua a me surpreender. Ao longo dos anos, vi inúmeros colegas, alunos e amigos reagirem de maneira parecida à de Lina Bo Bardi em suas primeiras experiências na cidade. Às vezes, pegava-me desejando aquilo que eles viviam. Este livro, em boa parte escrito enquanto morei fora, permitiu a reconciliação de desejos díspares. Em certo grau, permitiu-me usufruir das promessas de vivenciar o Rio como se fosse pela primeira vez. Também gerou em mim uma compreensão mais aguda do passado da cidade, seu papel na formação da cultura brasileira e seu significado em debates fundamentais sobre modernidade e práticas culturais urbanas.

Este livro se concentra num dos mais fascinantes espaços da história das cidades modernas: o bairro carioca da Cidade Nova, criada por decreto real em 1811 e arrasada pela construção de uma avenida monumental durante a Segunda Guerra Mundial. Desde então, essa área tem se mantido relativamente negligenciada, mesmo tendo sido fundamental para o desenvolvimento do Rio e para o surgimento de gêneros musicais que vieram a definir a identidade nacional. A região ficou conhecida como Pequena África e como Bairro Judeu, o que atesta o caráter multiétnico, multirracial e multifacetado da ex-capital brasileira. Foi uma referência importante para viajantes estrangeiros, escritores renomados e cientistas sociais pioneiros. Vizinha da primeira favela da cidade, desempenhou um papel crucial em narrativas fundacionais do Brasil como “o país do Carnaval” e como uma “democracia racial”.

Sob o olhar microscópico para determinados espaços urbanos, nossas perspectivas se expandem.² Se visto como um estudo de caso da Cidade Nova, este livro reflete sobre como a ausência de guetos étnicos está relacionada com práticas de circulação e trocas culturais. Como uma história do Rio de Janeiro que abarca várias décadas, mostra sua transformação de cidade portuária em metrópole efervescente. Embora nenhum lugar possa, por si só, representar uma nação tão diversificada e complexa, o foco na Cidade Nova procura lançar luz sobre como expressões culturais inicialmente marginalizadas, a exemplo do samba, tornaram-se emblemáticas do Brasil. No processo, uma história mais universal vem à tona: de como as mudanças urbanas podem moldar linguagens e vice-versa — ou seja, como a linguagem também pode moldar o desenvolvimento e a experiência das cidades.

Nada disso era concebível quando pela primeira vez visitei a Vila Éden, na Cidade Nova, no início de 2007. Na época, meu

interesse era a construção da avenida Presidente Vargas, durante os anos 1940. A avenida de várias pistas cortou uma grande faixa da cidade, incluindo a Praça Onze, então praça central da Cidade Nova. A única ressonância da região que eu tinha comigo era a das referências da música popular. Ela agora se mantém como testemunho de fracassos do urbanismo moderno. Onde antes havia um bairro, hoje reinam carros e ônibus, enquanto os pedestres se viram como podem. Qualquer sentido da Cidade Nova como lugar acolhedor e dinâmico parecia ter se dissipado.

Durante minha pesquisa, li num dos jornais gratuitos distribuídos pelo Centro do Rio que o diretor Sérgio Bloch estava fazendo um documentário sobre a avenida.³ Nós nos conhecemos, e Sérgio me convidou para dar uma entrevista para o filme. Falei sobre a cobertura da reforma urbana pela imprensa, e Paulinho Fonseca, um arquiteto, foi o entrevistado seguinte. Paulinho é um tipo singular de intelectual, não raro de se encontrar entre os cariocas: aquele cuja compreensão da cidade vem tanto dos livros quanto das esquinas e dos personagens que povoam seu dia a dia. Depois de darmos nossas entrevistas, conversamos animadamente num dos muitos bares espalhados pelas calçadas do Rio.

Semanas depois, num domingo de manhã, recebi uma ligação dele, me convidando para encontrá-lo numa festa na Vila Éden, “o que sobrou da antiga Praça Onze”. Fui. A vila, a dois quarteirões da avenida Presidente Vargas, é constituída por mais de cinquenta casas geminadas térreas, em meio a construções posteriores: um viaduto, uma delegacia, uma escola municipal, o Sambódromo e o Centro de Artes Calouste Gulbenkian, de arquitetura moderna. Conhecida apenas informalmente como Éden, de fato é uma espécie de oásis em uma paisagem urbana desfigurada e desolada. A festa aconteceu em frente à casa de Maurício e Celi Bemkes, reunindo família, amigos e vizinhos. Muita coisa do ambiente

era familiar: o caldo de mocotó, a cachaça, a música animada e as conversas filosóficas. Mas Paulinho me convidou por conta do casal septuagenário: origem judaica asquenaze, de um lado, e afro-brasileira, do outro; ambos residentes ali, no coração da Cidade Nova. A dupla — ele, conhecido por Pinduca, expansivo e animado; ela, afável e comedida — me causou forte impressão. Saí de lá decidido a pesquisar essa confluência peculiar de espaços culturais afro-judaicos.

À medida que crescia meu fascínio pelos tipos de encontros que ocorreram naquela Cidade Nova, minha pesquisa começou a regredir para o início do século XIX e a envolver uma série de assuntos, do imperador d. Pedro II a uma zona de meretrício, de ciganos a Orson Welles. Foi um processo repleto de reencantamento. Descobri que as referências à região podem ser encontradas em diversas das mais importantes obras da literatura, da música e das artes plásticas, assim como em arquivos obscuros e textos há muito esquecidos. Eu jamais suspeitaria que, ao conhecer Pinduca e Celi numa tarde de domingo, a união deles me lançaria numa aventura que culminaria neste livro. Mas essa não foi a única surpresa que a experiência me reservou: nas minhas lembranças da festa, Pinduca era o afrodescendente e Celi, a filha de judeus russos. Só depois de visitá-los novamente, dois anos depois — e, dessa vez, na condição mais formal de entrevistador —, foi que percebi que era exatamente o contrário. Pinduca, nascido judeu, lembrava com orgulho as palavras em iídiche da infância; Celi, afro-brasileira, traçou sua linhagem até os imigrantes vindos do interior rural.

O engano foi desconcertante, mas serve para ilustrar uma lição: existem tantas maneiras de se relembrar experiências urbanas quanto formas de representá-las. Sempre é possível, afinal, retornar a locais familiares de um modo novo. Este livro, portanto,

trata, em parte, de como escritores, artistas e habitantes urbanos podem perceber, rememorar, manipular e imaginar determinada cidade de maneiras diversas. É também sobre nossas possibilidades de leitura das coisas do passado, e sobre como continuam a falar conosco, caso retornemos a elas.

A referência a um bairro afro-judeu pode soar mais como uma provocação do que como uma informação precisa, porque o bairro que o leitor encontrará nestas páginas era, na verdade, mais heterogêneo. No entanto, chamar a atenção para essa combinação serve para realçar como a Cidade Nova costuma ser lembrada: ou como africana ou como judia. Um ótimo livro, inclusive, a chama de “paisagem estrangeira”.⁴ Aqui, sustento que a Cidade Nova foi fundamental para a formação do que poderíamos denominar de cultura brasileira. E que sua história continua tendo muito a dizer sobre o Rio de Janeiro, o Brasil e seus possíveis futuros.